

**Ata Nº 01/2016**

Aos doze dias do mês de Março de dois mil e dezasseis, pelas 20h30horas, no Auditório do Complexo de Piscinas do Jamor, reuniu, em primeira convocatória, a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Natação, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

- 1 – Aprovação da ata da Assembleia Geral Ordinária, realizada a dia 17 Outubro 2015 -----
- 2 – Discussão e votação do Relatório de Contas e de Atividades do ano de 2015. -----
- 3 – Diversos -----

Os trabalhos tiveram início às 21h00. Estando a Mesa apenas composta pelo Presidente, Luis Baptista, foi questionada a Assembleia no sentido de dois Delegados se voluntariarem para a mesa. Não havendo resposta, este convidou a TOC e uma Técnica da FPN respetivamente Marta Bastos e Isabel Lavinha para completarem a mesma, no que obteve a concordância da Assembleia.-----

Transcreve-se em seguida a Lista de Delegados à Assembleia Geral, assinalando-se as respetivas presenças: -----

|    | <b>Nome</b>                       | <b>Presente</b> | <b>Ausente</b> |
|----|-----------------------------------|-----------------|----------------|
| 1  | ALBERTO MOTA BORGES               | █               |                |
| 2  | ALEXANDRE CARMO DA LUZ FERNANDES  |                 | █              |
| 3  | ALFREDO ANTÓNIO GOUVEIA FERRARIA  |                 | █              |
| 4  | ANÍBAL FERNANDO CABRAL PIRES      | █               |                |
| 5  | ANTÓNIO PEDRO GASPAR DAMASCENO    | █               |                |
| 6  | ARSENIY LAVRENTYEV                |                 | █              |
| 7  | AUGUSTO MOTA DA SILVA             |                 | █              |
| 8  | AVELINO DA SILVA                  | █               |                |
| 9  | CARLOS JOSÉ FURTADO CRUCHINHO     | █               |                |
| 10 | CARLOS JOSÉ OLIVEIRA FERNANDES    | █               |                |
| 11 | CARLOS MANUEL MARTINS DE FREITAS  | █               |                |
| 12 | EDGAR PINTO DE OLIVEIRA           | █               |                |
| 13 | ELMANO JOSÉ R. ALMEIDA DE FREITAS |                 | █              |
| 14 | FERNANDO ANTÓNIO M. COSTA XAVIER  | █               |                |
| 15 | GONÇALO V. R. ABRUNHOSA E SOUSA   |                 | █              |
| 16 | JAN GIN QUON                      | █               |                |
| 17 | JOÃO AUGUSTO SERRA ALEXANDRE      | █               |                |
| 18 | JOÃO LUIS DA SILVA LOUREIRO       | █               |                |
| 19 | JOÃO PAULO FERNANDES              |                 | █              |
| 20 | JOÃO PAULO SOARES RODRIGUES       | █               |                |
| 21 | JOSÉ A.M. CARVALHO PINTO NÓBREGA  | █               |                |
| 22 | MANUEL DA SILVA PEREIRA           |                 | █              |

|    |                                   |  |  |
|----|-----------------------------------|--|--|
| 23 | MARIA GABRIEL BARROCA             |  |  |
| 24 | MARIA ISABEL LIMA MENDES PINHEIRO |  |  |
| 25 | MARIBEL SANTOS FERNANDES          |  |  |
| 26 | MÁRIO ANTÓNIO R. CORREIA PEREIRA  |  |  |
| 27 | NUNO MIGUEL PRAZERES BATALHA      |  |  |
| 28 | NUNO RAFAEL CARDOSO ALVES         |  |  |
| 29 | PAULO ALEXANDRE V. REBOCHO AMARAL |  |  |
| 30 | PAULO JORGE RIBEIRO MARQUES       |  |  |
| 31 | PEDRO ANDRÉ CARNEIRO MORAIS       |  |  |
| 32 | PEDRO MIGUEL QUEIROZ MEIRA CRUZ   |  |  |
| 33 | PEDRO MORTÁGUA SOARES             |  |  |
| 34 | RUI LUÍS BATALHA BRAGA MOREIRA    |  |  |
| 35 | RUI PAULO LEITÃO BORGES           |  |  |
| 36 | SIMÃO PEDRO GOMES MORGADO         |  |  |
| 37 | TIAGO MANUEL GRAÇA MOTA E COSTA   |  |  |
| 38 | VERA CRISTINA NUNES COSTA         |  |  |

Estiveram presentes 22 delegados, perfazendo um total de 22 votos -----

Após as boas vindas pelo **Presidente da Mesa**, deu-se início aos trabalhos de acordo com a ordem previamente estabelecida: -----

**Ponto 1 – O Presidente da Mesa da Assembleia Geral** questionou se todos os delegados tinham recebido a ata da última Assembleia e se haveria alguma consideração a fazer. -----  
O delegado **Carlos Freitas** solicitou que, tratando-se de uma ata com registo gravado (áudio) gostava que fosse transcrito para a mesma as considerações que foram feitas, relativamente ao Regulamento de transferências -----

Considerando o exposto, o **Presidente da Mesa da Assembleia Geral**, informou que se procederia à reformulação da ata e a mesma seria reenviada para nova apreciação e posterior votação. -----

**Ponto 2 – O Presidente da Mesa da Assembleia Geral** deu a palavra ao Presidente da FPN para apresentação do Relatório e Contas da atividade 2015. -----

O **Presidente da FPN** fez uma pequena apresentação em suporte de vídeo, com referência aos momentos de relevo de atividade da FPN em 2015 e feita uma apresentação relativamente aos indicadores da atividade por disciplina, aferindo a evolução ou involução dos dados, comparativamente aos anos transatos. Foi apresentado o mapa comparativo de execução financeira por atividade. -----

Terminada esta apresentação, foi dada a palavra aos delegados, com as seguintes inscrições:  
**Carlos Fernandes:** Situação do campus aquático de MOV; Subsidio atribuído às AT's, uma vez que no caderno I evidenciava um aumento, mas no caderno II do R&C rubrica 16 o valor diminuía; Monitores do Jamor – Receitas Vs Despesas para a FPN; Verba de apetrechamento do Estádio Universitário, qual o retorno para os clubes associados da FPN; Apoio específico aos 3 meetings internacionais; Situação do técnico de PA, Paulo Metz; Prémios e Menções, referindo que não vota em causa própria, não concorda com os critérios de atribuição das medalhas de Ouro aos Presidentes das AT's e revela alguma preocupação relativamente à massificação de medalhas e prémios atribuídos; -----

O **Presidente da FPN** respondeu às questões colocadas, referindo que existe um acordo extra judicial com a empresa proprietária do Campus Aquático, para restituição do valor pago. Acordo esse que ainda não foi assumido pela outra parte. Se no final de 2016 a situação se

mantiver inalterável, passará para a via judicial. O subsídio manteve-se o mesmo, contudo em 2014 receberam o ressarcimento de valores de anos anteriores. O contrato com o Jamor, assim como com outros municípios, trás vantagens aos próprios, pois para contratação de técnicos deixam de ter de realizar concurso público, uma vez que a FPN lhes dá o enquadramento legal necessário, por se tratar de uma entidade com estatuto de utilidade pública. Para a FPN o ganho está na gestão dos espaços, bem como a reserva de gestão em 15% do volume de contrato. Isto é, depois do pagamento aos técnicos e IVA a FPN tem uma comissão de gestão de 15%. A verba diz respeito à substituição dos tampos de blocos, necessários para entre outros, a realização do meeting internacional de Lisboa. O retorno para os clubes associados é o pagamento de valor hora da pista a um preço mais em conta, bem como o aumento da média de utilização de pista. A FPN atribui um montante de 3.000€ a cada AT que organize o meeting (ANL, ANC, ANNP, ANALG), desde que as mesmas assumam todos os encargos com os mesmos, bem como os encargos com as seleções nacionais que participam neles. Relativamente a Lisboa, a associação não assumiu esses encargos, ficando os mesmos a cargo da FPN num valor de 7.000€. A situação do Paul Metz mantém-se igual, sendo o responsável pelo programa de capacitação técnica do Polo Aquático, bem como o responsável pelas seleções de Sub13 e Sub15. O Presidente afirmou discordar do delegado no que à atribuição da medalha de ouro a presidentes das AT's diz respeito, pois na sua opinião quem esteve à frente de uma AT durante 12 anos, prestou um serviço público, pelo que deve ser reconhecido por tal. -----

**Pedro Cruz:** Sugeriu que também fosse atribuída a medalha de Ouro ao antigo Presidente da ANMinho António Moura. -----

**Alberto Borges:** Questionou se relativamente a MOV, se pode invocar responsabilidade à FPN e quanto ao R&C solicitava esclarecimento à antecipação de verbas para o evento do IPC. ----  
O Presidente da FPN esclareceu que na situação de MOV, o que terá de ser restituído é o sinal e nada mais, não podendo nada ser imputado à FPN e no que ao R&C diz respeito, por se tratar de uma questão técnica passou a palavra à TOC Martas Bastos que esclareceu que se tratava de uma regra contabilística, na qual sempre que temos movimentação de verba, estas tem de ser registadas. Existem movimentos de tesouraria (entradas e saídas de dinheiro), mas sem serem despesas ou proveitos. -----

**Tiago Costa:** Abordou a situação atual do Pólo Aquático dividindo-a em três patamares, Seleções nacionais – no qual enalteceu o esforço feito pela direção da FPN que resulta na melhor classificação de sempre da seleção feminina numa Europeu – 10º Lugar e da seleção masculina – 18º lugar no ranking, contudo reforçou que a inexistência de seleção Sub19 e Sub17 pode condicionar o crescimento e aparecimento de novas fornadas de jogadores para a seleção sénior; Competições nacionais organizadas pela FPN e na qual considera que o fato de existir número impar de equipas na 1ª divisão masculina (7) e no escalão feminino (5), não passa uma boa imagem da modalidade e deixa-a coxa; Trabalho que está a ser feito e na sua opinião bem feito a nível dos escalões de Sub15 e Sub13. -----

**António Damasceno:** Solicitou mais um esclarecimento relativo a MOV, no qual questionou se o acordo extrajudicial a que o Presidente da FPN já se tinha referido, estava por escrito e assinado pelas partes ou se a sua existência resumia-se a troca de emails que tinha sido feita e que o Presidente fez referência. Questionou também sobre os critério de atribuição de verbas às AT's, tendo inclusive referido que na altura em que a ANC contraiu uma dívida de 60.000€ em sede de AG não foi aprovada qualquer medida de apoio, tendo sido a CMC a assumir o pagamento dessa dívida. Referiu também que estava acordado que a FPN assumiria os custos das provas que dessem prejuízo, e que foi atribuído à ANC o CNLG indoor de AA, ao qual a AT não se candidatou. -----

**O Presidente da FPN** esclareceu que existe um acordo verbal e escrito entre a FPN e a Empresa. Neste momento o que está em falta é o cumprimento do acordo por parte da empresa e que passa pela devolução de 50% do sinal. Relativamente aos valores do contrato programa, o de 2014 diz respeito ao ressarcimento de 50% do de 2006. Em 2015 os valores do contrato programa contemplavam os subsídios aos Meetings. Foi ainda esclarecido que foi dado um apoio a nível dos torneios zonais, às AT's que solicitaram e que apresentam um rácio de solvência mais problemático (ANMIN, ANALEN e ANDS). Foi ainda esclarecido que neste momento já não se elaboram contratos programas separados com o IPDJ, mas sim um único que engloba tudo, daí nas contas apresentadas surgir um valor global, não diferenciado competições nacionais de internacionais. -----

**Carlos Fernandes:** Referiu que discordava da forma como eram calculados os rácios de solvência, considerando que pelo princípio federativo os mesmos não eram corretos. -----

**Carlos Freitas:** Levantou as seguintes questões relativas ao Caderno I do plano de ação: Qual a base e fundamentos para criação dos rankings de UPD que passou a FPN de 16º para 3º no ranking; Que benefício tem a FPN e os seus associados a curto / médio prazo por ter aumentado o número de filiados (45.000); Como e de que forma é feita a fiscalização dos processo de certificação das piscinas; Que indicadores foram considerados para aferir e afirmar que existiu uma duplicação de atividades em quase todas as disciplinas; Qual a razão para as sucessivas alterações aos regulamentos desportivos; Os gastos com a criação e organização de ações de controlo e avaliação correspondem aos resultados esperados para as mesmas, visto do prisma do nadador e do treinador. Qual a regularidade das ações e qual a eficácia das mesmas; Especificar qual o aumento do nível dos resultados desportivos. -----

**O Presidente da FPN** prestou esclarecimentos: A atribuição de financiamento por parte do IPDJ às federações desportivas com estatuto de UPD tem por base dois critérios com igual peso – Histórico da federação e o ranking que ocupa: Número de filiados é um dos indicadores métricos para definir a posição que ocupa cada federação no ranking de UPD. O aumento exponencial de filiados fez com a que a federação passasse para 3º lugar e que a prazo, esta subida terá como repercussão o aumento do financiamento atribuído; Existem dois tipos de certificação – A certificação de escolas de natação no âmbito do PAN e a certificação integrada de infraestruturas e que resulta de um acordo comercial celebrado entre a FPN e a empresa Sotécnica, não passando este processo pela alçada da federação. Através do PAN, foi possível chegar a estruturas que se encontravam fechadas e que foram reabertas, aumentar a segurança e qualidade das instalações para os praticantes bem como a melhoria dos serviços através da certificação técnico-pedagógica das escolas de natação. A duplicação de atividades existiu, estando as mesmas específicas por setor e disciplina do relatório e contas, seja através do aumento de participações em competições internacionais, momentos de estágio, ações de controlo e avaliação, etc. Todas as alterações realizadas nos regulamentos foram feitas no sentido de beneficiar a natação, os atletas e os clubes. Apesar de se considerar que deve existir maior estabilidade nos regulamentos durante um quadriénio, no que diz respeito a locais de realização das competições e logística inerente á realização das mesmas, tal não implica que se realizem alterações, que sirvam para beneficiar a própria competição. Todas as alterações foram aprovadas em sede de direção; Tem existido um retorno (evolução dos nadadores) com a realização das ações de controlo e avaliação, uma vez que existe uma equipa multidisciplinar e de reconhecido mérito científico e enquanto treinadores de natação a trabalhar com os nadadores; O processo passa por falar com os treinadores e nadadores de modo a aferir as necessidades a nível de avaliação; As ações de avaliação e controlo não servem simplesmente para obtenção de dados para estudos, mas sim a obtenção desses mesmos dados é consequência e fruto do trabalho que se realiza; A evolução dos resultados desportivos estão espelhados e reflete-se em todas as disciplinas; Águas Abertas – Numa altura em que existe uma maior densidade de crescimento internacional da disciplina, os resultados dos nadadores Portugueses tem vindo gradualmente a melhorar; Natação Sincronizada – pela primeira vez obteve-se pontuações muito perto dos 70 pontos; Natação Pura Desportiva – Aumento do número de recordes nacionais em PL e PC batidos; Polo Aquático – Setor feminino obteve a melhor classificação de sempre num europeu (10º Lugar). No setor masculino melhor resultado de sempre no ranking (18º lugar); Esta evolução é mérito dos clubes que trabalham os nadadores. À FPN cabe fornecer as ferramentas e disponibilizar os meios de trabalho necessário. -----

**Carlos Freitas:** Questionou: Qual a entidade responsável pela certificação das escolas de natação. Sendo o Pedro Mortágua, não existe uma incompatibilidade com as funções de delegado da AG? Sendo o PAN um projeto que envolve dinheiro, que verbas são pagas e a quem são pagas? Existe uma vulgarização dos prémios e menções atribuídas, bem como alguma injustiça nos mesmos. -----

**O Presidente da FPN** respondeu: A APTN é a entidade responsável pela formação e certificação de escolas de natação no âmbito do PAN, tendo sido protocolado um contrato programa entre as partes. Por via deste contrato programa, é prestado um serviço por delegação de competências que constitucionalmente deveria ser assegurado pela FPN, mas não sendo possível, é reconhecida à Associação de Classe a capacidade de executar esse mesmo papel em dois vetores – formação por via do seu congresso anual e através do

processo de certificação das escolas de natação; Após a AG de 17 de Outubro de 2015, o delegado Carlos Freitas enviou para o Presidente da mesa da AG e Presidente da FPN uma carta na qual levantava algumas questões sobre a incompatibilidade de funções de alguns membros da AG (Simão Morgado, José Almeida e Pedro Mortágua). O Presidente da Direção considerou que tinha o dever moral e ético de avisar os delegados em questão, o que foi feito no imediato; Existe um quadro de obrigações contratuais fruto da elaboração do contrato programa e no qual é transferida uma verba sempre que existe a prestação de um serviço. Cabe à APTN esclarecer os seus associados por via do seu relatório de gestão, de que forma aplica e usa a verba que recebe e se realiza algum pagamento a membros. -----

**O Presidente da FPN** propôs ainda que a votação de prémios e menções fosse feita em separado do relatório de atividades e contas, bem como a inclusão do nome do ex-Presidente da ANMIN António Moura para medalha de Ouro. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia Geral** sobre o assunto de eventuais incompatibilidades considerou que esse aspeto é muito importante no funcionamento de uma Federação, cabendo, numa primeira instância, a cada pessoa verificar se as funções que desempenham em diferentes órgãos são incompatíveis de acordo com a lei. Numa segunda instância compete aos respetivos Presidentes de cada órgão verificar eventuais incompatibilidades que tenha nas suas equipas, sob pena de que decisões dos órgãos possam vir a ser anuladas. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia Geral** aceitou a proposta para que a votação de prémios e menções fosse feita em separado do relatório de atividades e contas, tendo em seguida convidado o Conselho Fiscal a proceder à leitura do seu parecer relativo às contas do exercício 2015. -----

Após essa leitura foi posto à votação o relatório de contas que foi aprovado por maioria com 21 votos a favor e 1 voto contra. -----

Foi posto à votação o relatório de atividades que foi aprovado por maioria com 18 votos a favor e 4 abstenções. -----

Antes da votação para as Propostas relativas às Distinções Honoríficas, o delegado João Loureiro, entendeu por uma questão de ética, sair da sala, antes da votação. -----

Efetuada as respetivas votações, obteve-se o resultado seguinte: Sócios de Mérito – Aprovado por maioria, com 5 abstenções. Medalha de Ouro – Aprovado por maioria, com 5 abstenções. Medalha de Prata – Aprovado por maioria, com 8 abstenções. Medalha de Bronze – Aprovado por maioria com 9 abstenções. -----

**Ponto 3 – O Presidente da Mesa da Assembleia Geral** deu a palavra aos delegados, com as seguintes inscrições: -----

**Jan Gin Quon:** Questionou sobre a não nomeação de árbitros da ANMIN para provas nacionais como o Campeonato Nacional de Inverno de Natação Adaptada ou o Campeonato Nacional de Verão de Águas Abertas com o argumento de que os locais de realização das competições distanciam-se da área geográfica dos mesmos. Aproveitou também para questionar sobre a autonomia do CNA. -----

**O Presidente da FPN** informou que, relativamente ao CNA, existe um orçamento por competição e que o mesmo tem de ser respeitado. A convocatória dos árbitros por parte do Órgão é autónoma mas feita com base no orçamento. Sempre que o mesmo é excedido cabe ao CNA executar as retificações necessárias de forma a estar em cumprimento. A gestão da convocatória bem como a exclusão e inclusão de árbitros é de exclusiva responsabilidade do CNA. Foi também referido que por vezes os árbitros das AT's mais próximas ao local de realização da competição, uma vez convocados solicitam dispensa da prova, dando lugar a outros árbitros nacionais de AT's mais distantes. No sentido de inverter esta situação, sugeriu a FPN ao CNA que existisse uma reformulação nos regulamentos, de modo a que passasse a existir um carácter obrigacional de uma percentagem de árbitros serem do CRA da AT mais próxima ao local da competição. -----

**Vera Costa:** Manifestou a sua discordância com essa proposta, uma vez que nem todas as Associações têm árbitros disponíveis. Aproveitou ainda a sua intervenção para explicitar que o fato de haver árbitros a renunciarem à convocatória dando lugar a outros colegas, está relacionado com a forma como é efetuado o pagamento por prova e as sucessivas mudanças que tem existido no mesmo. -----

**O Presidente da FPN** voltou a informar que a proposta feita ao CNA foi uma sugestão e não uma obrigatoriedade. -----

**Fernando Xavier:** Manifestou preocupação na forma como são organizadas as provas pela FPN, fazendo referência à competição que se encontra a decorrer – Campeonatos Nacionais, Juvenis, Juniores e Absolutos, questionando se uma competição com mais de 800 nadadores dignificava a natação portuguesa. -----

**O Presidente da FPN** respondeu que considerava o modelo utilizado por um lado uma mais-valia, pelo número de participantes presentes em competição, mas que por outro lado tornava as sessões com maior duração e que essa questão tinha de ser alterada, havendo para o efeito três soluções: limitar o número de provas por nadador, dificultar os TAC's de acesso, o que limitaria o número de nadadores participantes ou aumentar o número de sessões. -----

**António Damasceno:** Questionou a Mesa da AG e o seu Presidente, sobre a possibilidade das eleições dos órgãos sociais para a FPN ocorrerem após as eleições dos delegados de cada AT e não antes. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia Geral** explicou que existe a obrigatoriedade legal de as eleições para os órgãos sociais da FPN decorrerem no último trimestre do último ano do ciclo Olímpico e que cabia a cada AT agendar as suas eleições de acordo com o exigido nos seus respetivos estatutos. -----

**O Presidente da FPN** pediu a palavra para informar todos os membros da AG que se iria recandidatar à presidência da direção da FPN para o quadriénio 2016 – 2020. -----

**O Presidente da Mesa da Assembleia Geral** felicitou os membros da AG que foram distinguidos com a medalha de ouro; informou que a eleição de delegados à AG foi agendada para dia 2 de Julho, sendo que os cadernos eleitorais provisórios estariam disponíveis a 18 de Março; informou que foi decidido por si, de acordo com a lei, estatutos e regulamentos, que as eleições seriam realizadas todas no mesmo dia, ficando apenas por definir os locais e os horários definitivos das diversas assembleias de voto. Por último referiu que sendo esta, provavelmente, a última Assembleia Geral antes das eleições para delegados, agradeceu o empenho e desempenho de todos nas suas funções durante estes três anos de trabalho. -----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a todos a presença e deu por encerrada a Assembleia cerca das vinte e quatro horas. Dos trabalhos foi efetuada a gravação dos mesmos, que ficará em arquivo no servidor da FPN. Foi ainda lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral. -----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

---

Luis Liberato Baptista

**Ata Nº 02/2016**

Aos vinte seis dias do mês de Novembro, pelas catorze horas e trinta minutos, no Auditório do Pavilhão Municipal de Abrantes, reuniram, em segunda convocatória, a Assembleia Geral (AG) da Federação Portuguesa de Natação (FPN), com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

**Ordem de Trabalhos**

1 – Informações à Assembleia Geral

2 – Apreciação, discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2017

4 – Diversos

Presidiu aos trabalhos o Presidente da Mesa Alberto Mota Borges, coadjuvado pelo Vice-presidente Paulo Lima e pela Secretária Alexandra Jorge. -----

Transcreve-se em seguida a Lista de Delegados à Assembleia Geral, assinalando-se as respetivas presenças: -----

|    | <b>Nome</b>                                  | <b>Presente</b> | <b>Ausente</b> |
|----|--|-----------------|----------------|
| 1  | Alexandre do Carmo da Luz Fernandes          |                 | ✓              |
| 2  | Alexis Manaças Santos                        | ✓               |                |
| 3  | Ana Paula Santos Canas                       | ✓               |                |
| 4  | Aníbal Fernando Cabral Pires                 | ✓               |                |
| 5  | António Pedro Gaspar Damasceno               |                 | ✓              |
| 6  | António Pedro Pires                          | ✓               |                |
| 7  | Arseniy Lavrentyev                           |                 | ✓              |
| 8  | Augusto Mota da Silva                        | ✓               |                |
| 9  | Avelino da Silva                             | ✓               |                |
| 10 | Carla Cristina Sebastião Mendes              |                 | ✓              |
| 11 | Carlos José Furtado Cruchinho                | ✓               |                |
| 12 | Carlos José Oliveira Fernandes               | ✓               |                |
| 13 | Edgar Pinto de Oliveira                      | ✓               |                |
| 14 | Elmano José Rosalino Almeida De Freitas      |                 | ✓              |
| 15 | Fernando António Moreira Da Costa Xavier     | ✓               |                |
| 16 | Jan Gin Quon                                 | ✓               |                |
| 17 | João Augusto Serra Alexandre                 | ✓               |                |
| 18 | João Carlos Pereira de Matos                 | ✓               |                |
| 19 | João Luis da Silva Loureiro                  | ✓               |                |
| 20 | João Paulo Pereira Fernandes                 | ✓               |                |
| 21 | João Paulo Soares Rodrigues                  |                 | ✓              |
| 22 | José Alfredo M. de Carvalho Pinto da Nóbrega | ✓               |                |





porque é que as Associações comparativamente de 2012 para 2017, tiveram um decréscimo de 26% orçamentado no financiamento.-----

O Presidente da FPN esclareceu que quem faz a certificação energética do “Portugal a Nadar” é a Sotécnica, que faz a análise quando solicitada à piscina e requisitos para a certificação. Inclusivamente, informou que estão abertas as candidaturas às medidas de implementação com a ajuda da FPN e da Sotécnica. Quanto à entidade que certifica as escolas, o Presidente da FPN respondeu que a FPN juntamente com a APTN, na pessoa do Sr. Pedro Mortágua Soares, certifica as escolas, sempre com a chancela da FPN.-----

O Delegado Carlos Fernandes interpelou o Presidente da FPN ao perguntar o porquê a Sotécnica, se houve algum concurso público.-----

O Presidente respondeu que existe um acordo, apesar da FPN ser uma entidade privada de utilidade pública, pode legalmente efetuar este tipo de escolhas, ao abrigo dos normativos em vigor. A Sotécnica é a empresa que a FPN escolheu para desempenhar esta função pelo perfil que tem e pelo profissionalismo que revela. Quanto à terceira questão colocada pelo Delegado Carlos Fernandes, o Presidente da FPN reconheceu que gostaria de apoiar mais as Associações, mas a FPN desde 2013 perdeu um orçamento atual, teve uma redução de 770 mil euros por ano e apesar dessa perda, manteve-se sempre o apoio às associações. Desta forma, não concorda com o Delegado Carlos Fernandes, dizendo que não é verdade este decréscimo dos 26%. Em 2016, apesar do corte, manteve-se o apoio às associações.-----

O Presidente da FPN, remeteu para o estudo de Péricles Ortins, que concluiu que das três associações, apenas três, estavam no limite de precariedade superior ou inferior. São elas a ANIC, Associação do Nordeste e a Associação do Alentejo. Quer isto dizer, que estas três associações, no final do ano continuam dependentes dos subsídios da FPN, ao contrário das restantes. Perante esta resposta, o Delegado Carlos Fernandes, contrapôs o argumento dizendo que teve oportunidade de falar pessoalmente com o Péricles Ortins e diz que no entender do mesmo não é correto. Afirma que o orçamento que as Associações recebem são automaticamente devolvidos colocando em prática nas competições que lhes compete realizar, cumprindo assim a sua missão. As subvenções são gastas em prática na divulgação e organização das competições. Para este delegado, este estudo não espelha a realidade da dependência da subsidiariedade das Associações. O Presidente da FPN afirmou que aceita a análise do Delegado Carlos Fernandes e que não está ali para fazer juízos de valor. É apenas um estudo. A única conclusão que podemos tirar deste estudo, é que as três associações citadas atrás, não conseguem sobreviver apenas com o subsídio da FPN. Acredita é que é muito importante que as Associações se reúnam, neste início do ciclo olímpico.-----

O Delegado João Paulo Fernandes, deu as boas vindas aos órgãos da mesa da AG e de seguida, questionou sobre o escalão etário nas águas abertas. Os escalões nos femininos e masculinos diferem. O início dos femininos é diferente dos masculinos. Quem tem menos de 14 anos não permite a participação. E o que conta é o ano de nascimento. As águas abertas têm o aval da FPN. O Presidente da FPN reconheceu que desconhecia, tem 99% de certeza que quem define os escalões é a LEN e a FINA, mas tem 1% de incerteza. Ficou de saber e depois informar.-----

O Delegado Vítor Mavioso dispensou a parte do orçamento por achar não ter importância, e fez uma reflexão sobre o plano estratégico que vai operacionalizar o plano de atividades. Depois afirma que ficou confundido com o plano de ação e o plano estratégico, nomeadamente quando lhe são apresentados quatro vetores, doze objetivos operacionais (e às vezes treze), setenta e seis medidas e cento e cinquenta indicadores, afirmando que acha tudo isto um exagero. Não concorda com a definição do conceito de indicadores e metas, acredita que o que está escrito são apenas dados estatísticos. Afirmou que para analisar cabalmente o Plano de Atividades para 2017 (PA), haveria que considerar o Plano Estratégico (PE), pois uma cabal gestão estratégica tem essa ligação em devida conta e, é aliás perfeitamente explicitada na página 11 do PE no esquema processo metodológico do plano estratégico. O PA é a operacionalização anual do PE.-----

O Presidente da AG interrompeu o Delegado Vítor Mavioso, no sentido de tudo aquilo que este estava a comunicar era uma reflexão pessoal, mas não estava implícita nenhuma questão.-----

O Presidente da FPN, sugeriu que respondesse a esta reflexão afirmando que os cento e cinquenta indicadores fizeram parte integrante do plano estratégico elaborado em 2014, foi um documento amplamente discutido e deu um bom resultado. Os principais eixos são os que advém desse plano estratégico. Este plano, permitiu à FPN, e isto são indicadores fornecidos

não pela FPN, mas sim externos à FPN, a Secretaria de Estado de Desporto e Juventude, conseguiu passar de 13º lugar para 2º lugar enquanto utilidade desportiva, quanto aos indicadores quantitativos, e passou de 16º para 6º lugar, ao nível de rendimentos desportivos. É a única Federação que ao nível da inclusão/integração consegue abranger todas as classes com deficiência. Para o Presidente da FPN, não há nenhuma desadequação, há apenas um ajustamento de 2014 para 2016-2017. Isto para dizer que, os documentos são dinâmicos, não é estático. Através do conhecimento que o Presidente da FPN tem, pode conseguir prever o que lhe pode acontecer. No entanto, há coisas que tem de fazer, que é respeitar a Democracia, e foi o que o Presidente fez, ao respeitar o Plano Estratégico realizado em 2014 e ao fazer um reajustamento para 2016-2020. Quanto aos indicadores, o Presidente da FPN fica muito feliz pelo fato de existirem cento e cinquenta indicadores para avaliar. No passado, o Delegado Fernando Xavier, que está presente nesta AG, chegou a criticar o Presidente da FPN, por não existirem indicadores para avaliar o plano de ação, isto antes de 2013, não existia nenhum indicador. Atualmente existem, e isso permite fazer análises comparativas. O indicador permite avaliar a eficácia da aplicação destes objetivos nos respetivos vetores. Quanto à reorganização da FPN, estamos a trabalhar na eficiência do sistema, no sentido de reavaliar os estatutos. Quanto ao facto de estarem a ser utilizados dois cadernos, o Sr. Delegado não tem obrigação de saber, porque foi tratado na última Assembleia Geral, que me foi pedido pelos respetivos delegados, para elaborar este caderno como forma de representar o plano de atividade que foram realizadas em jeito de síntese. O segundo caderno, esse sim, é o que seguirá para o IPDJ. O Delegado Vítor Mavioso retomou a palavra, afirmando que, no caderno 1, não está explícito a criação do Gabinete de Gestão Estratégica. Disse ainda que o PAC também não faz referência aos 12 valores que estão consagrados no PE. No entanto, não lhe tiram a sua capital importância, por representarem as convicções da FPN e nortearem a prática diária dos seus membros. Disse ainda que o PAC também não faz referência aos 12 valores que estão consagrados no PE. No entanto, não lhe tiram a sua capital importância, por representarem as convicções da FPN e nortearem a prática diária dos seus membros. Quanto ao caderno II do PA. Disse concordar com a parte da introdução que diz, “este capítulo é o verdadeiro documento programático da natação portuguesa”. Tendo afirmado que no essencial a discussão era sobre o Caderno II do PA, não partilhando da ideia da expressa que este caderno segue fielmente o PE e o PAC. Afirmou ainda não ter conseguido encontrar no desenvolvimento do PA, “a aposta da Direção de dotar a FPN da organização, recursos e instrumentos para preparar o ciclo olímpico. O Delegado Vítor Mavioso relembra os estatutos da FPN, e todas as variantes que isso comporta, nomeadamente os saltos para a água, arriscando-se a afirmar que ao estar ali a falar daquela modalidade, estará a fazer mais pela modalidade do que a FPN, nos próximos 10 anos. O Presidente da Mesa da AG, solicitou a palavra ao Presidente da FPN que se revelou totalmente disponível para esclarecer qualquer questão concreta, mas que no entanto, nesta reflexão do Delegado Vítor Mavioso, isso não se verificou. O Presidente da AG, questionou o Delegado Vítor Mavioso para o facto de a sua intervenção ser bastante reflexiva, e que as assembleias gerais são de facto as locais para colocar questões concretas.

O Delegado Avelino Silva, afirmou que de facto a reflexão é importante, mas se todos forem para as AG com reflexões não é produtora, de tal forma que terão de ser mesmo colocadas questões concretas. O Presidente da AG voltou a perguntar ao Delegado Vítor Mavioso se tem alguma questão em concreto, ao qual disse que tinha, e que fique o registo que não o deixaram falar.

Tomou a palavra o Presidente da FPN, afirmando que nas AG sempre prima pela paciência e reforçou o facto de estar sempre disponível para responder, mas de facto, o Delegado Vítor Mavioso, não colocou nenhuma questão concreta, apenas reflexões e conclusões pessoais. E acha mesmo que aquilo que o Delegado Vítor Mavioso afirma de “não o deixarem falar” é abusiva. No entanto, está disponível para o ouvir. Quanto à reflexão que foi fazendo, dá razão ao Delegado quanto às siglas, que de facto devia ter o significado de cada uma delas. Quanto ao “*timing*” é de facto em 2017, dado que o plano de ação tem de estar congruente com o plano de atividades e o plano estratégico. Ainda em relação aos saltos para a água, o Presidente da FPN, fez questão de afirmar que o Delegado Vítor Mavioso, estava enganado, a modalidade não está esquecida, a FPN tem é um orçamento para cumprir. A FPN tem de fazer opções, e apesar de estar nos estatutos, não tem meios atuais para dar respostas a esta modalidade com o orçamento disponível. No entanto, existem duas associações não

territoriais, com dois clubes a reportarem à Associação do Algarve, empenhadas nesta modalidade, e possivelmente antes de 2026 (visto que está 10 anos à frente), teremos novidades.-----

De seguida tomou a palavra, o Delegado Avelino Silva, iniciou felicitando os membros da mesa da AG, afirmando que para o mesmo, o plano de atividades tem poucas alterações dado que vai de encontro ao plano de ação e plano estratégico dos anos anteriores. Uma questão que pretende ver esclarecida, é a transferência das responsabilidades dos atletas de alto rendimento. Quais as mais-valias disso? Quanto ao plano estratégico, crê que o grupo de trabalho já não reúne há algum tempo, e seria importante reunir, no início deste ciclo olímpico. Mais duas questões prendem-se com o facto de o Presidente ter afirmado que a Direção da FPN não ter responsabilidade de envolver as Associações. De quem é esse papel? Da Assembleia Geral? Não cabe à FPN? Cabe a quem? Cabe aos Presidentes de cada Associação? Gostaria de perceber a sua opinião e o grau de satisfação do . Presidente. Outra questão, é que o plano de ação só está definido até 2017-2018, dado que está pendente, das eleições autárquicas, e eu não concordo, com essa dependência. O Presidente da FPN afirma, que possivelmente exprimiu-se mal, retificando e afirmando, que prefere fazer 2+ 2, ou seja, 2016-2018, 2019-2020. Mas que todos os clubes até julho de 2018 têm de saber o plano de ação. Quanto às Associações, sim, deve ser em AG, porque implica uma possível alteração dos estatutos. Relativamente às transferências das responsabilidades dos atletas de alto rendimento, não foi por acaso que o Vasco de Sousa foi convidado para ser o responsável desta área. Ficou definido uma série de atividades obrigatórias pela FPN, essas, todos os atletas têm de as cumprir, com a transferência das responsabilidades dos atletas de alto rendimento, poderão existir outras, que, com o aval do diretor técnico nacional, podem ser realizadas. Só se aplica aos atletas de alto rendimento.-----

O Presidente da mesa da AG questionou se haviam mais questões. O Delegado Carlos Fernandes questionou sobre o facto de nos últimos 4 anos estar definido em AG, que o plano de atividades estava definido para um ciclo olímpico. Por isso, não concorda com o fato de agora se alterar isso. Colocou também em questão o campeonato a ser realizado na Madeira, dado que acredita ser um peso bastante elevado no orçamento dos clubes.-----

O Presidente da FPN passou a explicar que assume o compromisso de fazer "2+2", 2016-2018, 2019-2020. Ou seja, acredita, vivamente e convictamente, que as atividades têm de ser planeadas de dois em dois anos, e que nada está relacionado com atos eleitorais.-----

Quanto aos campeonatos na Madeira, É minha obrigação, levar a natação a todos os cantos do país. Desde o Norte ao Sul, incluindo as ilhas. Pode copiar alguns exemplos europeus, mas não é disso que se trata (Espanha por exemplo).-----

Pediu a palavra o Delegado Avelino Silva que fez questão de pedir para ficar registado que a FPN é provavelmente a única que cumpre a constituição da república levando as provas de natação a todo o território português. Fica feliz por isso. O Presidente da FPN informou que saiu uma circular em que a ANM (Associação de Natação da Madeira) assegurava todos os *transfers* do aeroporto-hotel- piscina.-----

De seguida, o Presidente da Mesa da AG perguntou se havia mais alguma inscrição, não havendo, procedeu-se à votação do plano de atividades e orçamento para 2017. O Plano de atividades e orçamento foi aprovado por maioria, com 21 votos a favor, uma abstenção e um voto contra.-----

O Presidente da Mesa da AG, avançou para o ponto três da ordem de trabalhos, Outros assuntos, abrindo as inscrições.-----

Pediu a palavra Delegado Fernando Xavier que pediu uma explicação quanto à mudança de seguradora do "Portugal a Nadar". O Presidente da FPN disse que a antiga seguradora queria dobrar o valor da apólice e sendo assim, a FPN decidiu fazer um estudo e optou por outra seguradora, MSN, que garantiu preços mais baixos com as mesmas condições.-----

O Delegado Jan Gin Quon perguntou como está o regulamento quanto ao voluntariado na arbitragem. O Presidente da FPN informou que no seguimento da informação fornecida pelas finanças há duas alternativas quanto ao regime de pagamento. Deve-se acabar com o voluntariado, ou passam recibos verdes ou são incluídos em acordos (até aos 30 anos). Será apresentado uma série de medidas nas comissões regionais de arbitragem no dia 01 de Dezembro.-----

O Delegado Alexis Manaças Santos, colocou a questão quanto ao plano de rendimento, afirmando que já tinha tido a oportunidade de partilhar esta situação com a FPN juntamente

com o seu colega Diogo Carvalho, reunindo com o Diretor Técnico Nacional e com o João Campos, em relação à tabela de prémios, que deixou de existir. Por não concordarem com a medida, pediu um esclarecimento à FPN. Da parte da FPN, nesta reunião, foi-lhe dado a oportunidade de apresentar uma proposta, e que efetivamente já o fizeram, aguardando uma resposta por parte da FPN.-----

O Presidente da FPN, quanto a este assunto afirma que não acabaram com as bolsas, nem com os incentivos e que até houve uma majoração das bolsas. Simplesmente alteraram os incentivos. Das 68 federações de entidade pública, a única que manteve até 2016, a única que paga incentivos/prémios aos atletas é a FPN. Ora temos de racionalizar as suas verbas para a atividade não descuidando o alto rendimento. Desta forma, o Presidente afirma que foi elaborada uma proposta quanto às bolsas e daí surgiu uma contra-proposta, como afirma o Alexis, por parte deste e do Diogo Carvalho que está a ser analisada. A FPN encontra-se disponível para integrar algumas coisas, mas não fugindo o quadro da racionalidade.-----

Os atletas cada vez mais, estão a ser pagos, e bem pagos, pelos clubes, o que aumenta a responsabilidade do atleta, do clube e da FPN. Não surte efeito no Campeonato de Windsor, só em 2017.-----

O Delegado Luís Cameira questionou acerca da Lei das transferências, se já está em vigor, se houve alterações?-----

O Presidente da FPN, reforçou que na altura da apresentação, esta lei inicialmente surgiu no polo aquático, elogiou o trabalho de Jorge Cruz, foi extensível às outras modalidades, teve um parecer fundamentado do assessor jurídico Pedro Meireles, e não é a lei de transferências, mas sim, compensação de formação desportiva. Neste momento é documento transitório, antes de surtir efeito, esta em discussão, em análise, é transitório, está em vigor a avaliação, mas não é definitivo. Quando tudo tiver revisto, avaliado, entrará em vigor.-----

O Delegado João Loureiro está preocupado devido à falta de árbitros na Associação de Santarém. São todos jovens, com uma volatilidade muito grande, transição do 12º ano para as faculdades, falta de experiência em dirigir uma prova, e se passarmos a ter o decreto de lei aprovado com a penalização dos recibos verdes, a acrescentar o abandono dos árbitros mais velhos. Afirma, que dos árbitros nacionais, com o novo regime fiscal, estes vão deixar de existir. Solicitou a alteração ao regulamento geral na natação pura, que ainda prevê 8 anos para cadete. Concorda que seja feita a previsão de 2 em 2 anos do plano de atividades, porque por vezes os Presidentes de Junta de Freguesia mudam e muda tudo.-----

O Presidente da FPN, informou que, no dia 01 de Dezembro 2016, vai haver uma reunião das Comissões Regionais de Arbitragem e acredita que essas questões serão levantadas e têm de ser salvaguardadas.-----

O Presidente, quanto aos regulamentos, acredita que no prazo de um ano, com a ajuda do assessor jurídico, irão ser totalmente revistos e ajustados. Este é um problema que vem de trás e que tem de ser rapidamente resolvido para estarmos todos alinhados.-----

O Presidente da Mesa da AG questionou se haveria mais alguma questão.-----

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa agradeceu a todos a presença e deu por encerrada a Assembleia cerca das dezassete horas. **Dos trabalhos foi efetuada a gravação dos mesmos, que ficará em arquivo no servidor da FPN.** Foi ainda lavrada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente e Secretária da Mesa da Assembleia Geral.-----

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



Alberto Mota Borges

A Secretária da Mesa da Assembleia Geral



Alexandra Jorge